

TENSÕES E DESAFIOS DO FEMININO NOS CONSAGRADOS ESPAÇOS MASCULINOS

Maria Elena Bernardes¹.

Resumo: Esta comunicação tem por objetivo discutir a polêmica gerada em torno da inscrição de uma mulher para concorrer a uma vaga de um concurso público realizado pela a Secretaria de Relações Exteriores, em 1918. Tal polêmica se deu, pois, o Itamaraty era um espaço consagrado como estritamente masculino, e, pela primeira vez na história do país, uma mulher era autorizada a pleitear de tal empreitada.

O fato que mobilizou a imprensa da época e ocupou a agenda de alguns ilustres senhores da então Capital da república, girava em torno do perigo que aquele precedente representava, pois sinalizava mudanças nos códigos que normatizavam a moral e os bons costumes. A mulher em questão, Maria José de Castro Rebelo, que, por meio de concurso público, se tornou a primeira diplomata brasileira, se viu enredada numa trama que não desejou e viveu dias turbulentos, assediada por jornalistas e feministas indagando-a quais eram os seus reais objetivos com aquele pleito. Olhando retrospectivamente, tal fato ganha novos significados, pois, ele revela o quão profundas foram as modificações e rupturas ocorridas na sociedade ao longo do século XX sob o impacto das pressões históricas do feminismo.

Palavras chave: Relações de gênero no Itamaraty, público e privado, cidadania.

Em sua última edição do mês de agosto de 1918, o tradicional *Jornal do Commercio*, da então Capital da República, noticiava que terminaria naquela data o prazo de inscrição para o concurso de terceiro oficial da Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores, e alertava os seus leitores: “Entre os concorrentes inscritos foi admitida uma senhorinha que assim foi a primeira moça que obteve no Brasil o direito de participar de um concurso oficial para preenchimento de um cargo publico de secretaria de Estado”².

Contavam os periódicos que tão peculiar era o ato daquela moça, chamada Maria José de Castro Rebello Mendes, que o secretário geral da pasta não se sentiu seguro em dar prosseguimento aos trâmites burocráticos sem antes consultar seu ministro, Nilo Peçanha. Este, mesmo após ter ouvido o consultor jurídico do ministério, achou por bem ir além e buscar respaldo nas instâncias superiores.

*O Imparcial*³ escreveu: tal requerimento foi levado ao Presidente da República, Wenceslau Brás, que salientava que aquela era uma senhorita de grandes virtudes e que tinha a seu cargo uma família numerosa e, por esta razão, recebia a pretensão da

¹ Doutora em História e Pesquisadora do Centro de Memória-UNICAMP, Campinas-SP, Brasil.

² *Jornal do Commercio*, 31 de agosto de 1918, Rio de Janeiro, p. 4-5.

³ *O Imparcial*, 07 de julho de 1918, “As Victorias do Feminismo”, Rio de Janeiro, sem indicação de página.

requerente com simpatia. A aceitação de sua inscrição, teria afirmado o presidente, seria como um prêmio a uma vida de trabalho e dedicação ao lar.

O caso também chegou aos olhos do senador Rui Barbosa, quem, assim como o Presidente, julgou legítimo conceder a Maria José o direito de concorrer ao posto de terceiro oficial no Ministério do Exterior. Segundo *O Imparcial*, ele foi além: “o eminente brasileiro sentiu imediatamente, o desejo de amparal-a (...) e foi o glorioso patrono dos humildes, em pessoa, quem encaminhou ao Ministerio do Exterior o pedido da nossa jovem patricia!”⁴.

O *Jornal do Commercio* reitera a ideia de participação direta de Rui Barbosa: “(Maria José fora) recomendada por um grande vulto nacional e que no caso vale mais pelas significações por assim dizer juridicas de sua apresentação que pelo pistolão que ella possa representar”⁵. O trabalho de Friaça (2012), contudo, apresenta elementos que indicam que a participação de Rui Barbosa possa não ter sido da forma tão direta como quiseram fazer inúmeros meios de comunicação. Merece registro carta que faz parte dos arquivos dos filhos de Maria José em que o diplomata Mário de Lima Barbosa, grande amigo de Rui Barbosa, apresenta suas reminiscências sobre o ocorrido.

Era á hora do almoço. O deputado Alfredo Ruy falou do caso da inscrição de d. Maria José de Castro Rebello Mendes para o concurso de terceiros officiaes, no Ministério das Relações Exteriores. Havia dificuldades, por causa da interpretação da lei, ao que Ruy Barbosa atalhou que a lei não distinguia os sexos. Então o deputado Alfredo Ruy pediu a seu pai para fallar ao ministro das Relações Exteriores, que era Nilo Peçanha, no sentido de permittir a inscrição da referida senhora. [...]A tarde, nesse mesmo dia, acompanhei Ruy Barbosa ao Itamaraty. Elle foi immediatamente recebido. Quando sahiamos, ouvi estas palavras: - Está conseguido.⁶

De tal sorte, o requerimento voltou à pauta do Ministério do Exterior com estas notáveis recomendações favoráveis ao seu deferimento. Assim ao chanceler Nilo Peçanha não restava outra alternativa a não ser, com ressalvas que alimentaram novas polêmicas, autorizar a inscrição da requerente:

Ouvido o Sr. Dr. Consultor Jurídico, deferido, ficando autorizado o Sr. Dr. Secretario Geral a mandar fazer a respectiva inscrição. Não há, na Constituição da Republica, nenhum dispositivo que impeça ás mulheres o acesso aos cargos públicos. O Codigo Civil vigente também estabeleceu a mais completa igualdade entre o homem e a mulher, quanto ao gozo e exercicio dos direitos privados. Num dos seus artigos prevê que as mulheres possam ocupar funções de administração,

⁴ *O Imparcial*, 07 de julho de 1918, “As Victorias do Feminismo”, Rio de Janeiro, sem indicação de página.

⁵ *Jornal do Commercio*, edição da tarde, 31 de agosto de 1918, Rio de Janeiro, p. 4-5.

⁶ Carta de Mário de Lima Barbosa a Henrique Pinheiro de Vasconcellos, 5/1/1931. Acervo de Yara Pinheiro de Vasconcellos Costa, Yolanda Pinheiro de Vasconcellos Gladulich e Guy Pinheiro de Vasconcellos. Apud FRIAÇA, Guilherme. Op. Cit.

quando estatuí: “Considera-se sempre autorizada pelo marido a mulher que ocupe cargo publico”. Não sei se as mulheres desempenhariam com proveito a diplomacia, onde tantos atributos de discrição e competência são exigidos – mas que não são privilégio do homem – e se a requerente está aparelhada para disputar um lugar nesta Secretaria de Estado, e só as provas do concurso hão de dizer – mas o que não posso é restringir ou negar o seu direito, toda vez que as leis existentes não restringem nem negam. Si nas monarchias “as mulheres podem ser imperatrizes e rainhas não vejo porque nas republicas se lhes feche o ingresso aos cargos administrativos. Melhor seria, certamente, para seu prestigio que continuassem à direção do lar, taes são os desenganos da vida publica, mas não há como recusar a sua aspiração desde que disso careçam e fiquem provadas as suas aptidões.⁷

Mesmo lavrada e sacramentada por todas as instâncias, aquela concessão não devolveu a Maria José o anonimato a que ela estava acostumada. Seus passos seguiram sendo noticiados pela imprensa.

O texto do parecer de Peçanha não escapou aos comentários dos articulistas. O documento produzido pelo ministro revela a ambiguidade de uma sociedade que caminhava a passos largos em direção à chamada modernidade e que, entre os avanços de um país que respirava mais livremente o ar das recém arejadas cidades que ganhavam largas avenidas, bondes e luz elétrica, ainda resistia à presença da mulher para além do ambiente privado.

Destaca-se que o Código Civil, recém-instituído (1916) deixava claro, em seu capítulo III, que a vocação da mulher era o casamento. O artigo 240, o primeiro a tratar dos direitos e deveres da mulher, já a encarava como parte da sociedade conjugal, ao dizer que assumia a posição de companheira e consorte do homem, autoridade da sociedade conjugal. Contudo, Maria José não tinha pai nem marido, de modo que, à luz da legislação em vigor, tinha os mesmos direitos parciais que os homens maiores de 16 e menores de 21 anos, os pródigos e os silvícolas.

Uma nota do *Jornal do Comércio*, sem autoria, afirmava que o feminismo no Brasil vinha invadindo as profissões liberais, para então ponderar: “Chama-se, aliás, feminismo o exercício de profissões liberaes pelas mulheres, porque nas classes proletarias sempre houve feminismo”⁸. A referencia ao “feminismo proletário” do nosso desconhecido articulista está de acordo com o código que normatizava, no início do século XX, as regras que a mulher “honesta” deveria seguir, mas, tal padrão não condizia com a realidade das

⁷ Grifo no original. Despacho de Nilo Peçanha ao requerimento de inscrição de Maria José de Castro Rebello Mendes, datado em 28/8/1918. Maço pessoal de Maria José Mendes Pinheiro de Vasconcellos. Arquivo do Itamaraty. Brasília. O texto também foi reproduzido na íntegra, em diferentes datas, em vários periódicos do país, entre eles em *Diario da Tarde*, 04 de julho de 1918, Curitiba, sem indicação de página; *O Imparcial*, 07 de julho de 1918, Rio de Janeiro, sem indicação de página e em *A Revista Feminina*, outubro de 1918, São Paulo, ano V, n. 53, p. 28.

⁸ *Jornal do Commercio*, edição da tarde, 31 de agosto de 1918, Rio de Janeiro, p. 4-5.

mulheres que precisam trabalhar fora e tinham que ir às ruas sozinhas para garantir o seu próprio sustento e o de suas famílias (Bernardes, 2007, p.68).

A própria Maria José, em declarações dadas à *Revista Feminina*, reagiu às ressalvas do chanceler de que seria melhor para seu prestígio que ela continuasse dentro de sua casa:

- Eu concordo com o Sr. Ministro do Exterior em que nos seria muito mais suave que nos pudessemos ocupar somente de nossa casa, mas para isto era preciso que todas nós tivéssemos garantida a subvenção do lar, o que não é meu caso, e não é o caso de muitas brasileiras que se vêm obrigadas a trabalhar para manter o seu lar.⁹

Ainda acerca do deferimento do ministro, a *Revista da Semana* apresentava considerações que reiteravam a concepção de serem naturais e constantes as contradições entre o pensamento de fundo e os reflexos do ato de Nilo Peçanha.

Um singelo commentario nos inspira o despacho gentilissimo que o Sr. Nilo Peçanha deu ao requerimento, baseado na informação jurídica de não existir na legislação patria disposição alguma que incapacite as mulheres para o exercicio de funções burocraticas. O Sr. Nilo Peçanha, que é uma intelligencia aberta ás ideas modernas e um dos mais progressistas dos nossos estadistas, e com um pendor romantico tão patenteado ainda ha dias, na sua nobilissima nota sobre a independencia da Polonia, accentuou no seu despacho quanto, apesar de tudo, seria preferivel para a mulher ver limitada ao lar a sua acção na vida. Mas, como no caso presente, a mulher pode substituir no lar o papel do homem e cada vez mais será preciso, a bem da justiça e da moral, permitir á mulher garantias de independencia material. Esse será o processo de moralizar o amor e o casamento, que para muitas mulheres é, ainda, o preço porque pagam o direito a ter um lar.¹⁰

Nota-se por aqui que a notícia ressalta a necessidade da modernização da vida social, sobretudo diante das demandas do pós-guerra, de consumo, e ainda cunha uma reflexão contemporânea, relacionando amor, casamento e dependência. Essa mesma revista ratifica a normalidade de narrativas que misturam demandas por um mundo mais moderno a partir de um discurso conservador, já que o periódico encerra o artigo fazendo um apelo para que os candidatos masculinos ao cargo de 3º oficial desistam de concorrer em “benefício dessa pobre moça que sustenta um lar com o seu trabalho. Não haverá, por certo, um brasileiro que ouse disputar com uma mulher o pão e a tranquilidade da vida”¹¹.

Esse pedido também será feito em *O Malho*: “o nosso tradicional cavalheirismo aconselharia que todos os concorrentes se curvassem ante uma dama e abrissem alas para que ella

⁹ A Revista Feminina, Outubro de 1918, São Paulo, ano V, n. 53, p. 28.

¹⁰ Revista da Semana, 07 de setembro de 1918, “uma victoria do feminismo”, Rio de Janeiro, ano XIX. n. 31, p. 28.

¹¹ Revista da Semana, 07 de setembro de 1918, “uma victoria do feminismo”, Rio de Janeiro, ano XIX. n. 31, p. 28.

penetrasse triunfantemente na secretaria do exterior”¹². Mas a reportagem observa, contudo, que a disputa deverá ocorrer de qualquer forma porque é evidente que “os cavalheiros em questão não fazem caso nenhum das tradições e continuarão a dar por paus e por pedras contra a ousadia feminina que pretende as doçuras do lar pelas amarguras do trabalho e sem a lua de mel do matrimonio ... rico”.

O editorial do periódico *A Noite* introduziu o tema da autorização concedida a Maria José com o título “As mulheres no serviço público”, destacando que:

essa noticia deve ter alvoroçado todo o sexo feminino, que sem esperar ganhou a mais estrondosa victoria que poderia ganhar na campanha no campo das suas reivindicações. Mas com toda certeza alvoroçou muito mais aos milhares de rapazes candidatos aos empregos publicos, e que tem como expoente de suas aspirações na vida um logar de amanuense ou escripturario.¹³

Prosseguia o jornal, em tom procativo: “Si todos os ministerios seguirem o exemplo do Itamaraty, os candidatos barbados vão ser abarbadados nos futuros concursos. E não levará muito tempo que não haja mais ninguem do sexo feio nas repartições”¹⁴.

Na coluna “Ecos e Notícias”, perguntava o articulista: “Podem as mulheres ocupar cargo publico? O Sr. Ministro do Exterior diz que sim!”¹⁵.

Uma relevante reportagem que oferece recursos para interpretações desta trajetória é publicada sob o título de “A moça do Itamaraty”. O texto, que ocupava um quarto da capa do jornal *A Noite*, traçava o perfil de uma mulher que muito difere das moças que viviam na capital federal naquela época:

Em Botafogo, á rua D. Marianna, ha uma casinha de sobrado, de aspecto muito triste. É a morada de Mlle Maria José de Castro Rebello Mendes [...] Recebeu-me uma moça esguia, de preto, com o cabelo repartido no alto da testa, de jeito a cair mostrando a fronte em triangulo palido. Tinha a gesticulação nervosa e os dedos finos, um santinho de ouro no pescoço, nem uma mancha de pó de arroz na gola da blusa, e um olhar de febre. Era uma physionomia de intelligencia e de cansaço, contrastando singularmente com a das moças cujos perfis serenos se refletem pelos espelhos das casas de chá, num jogo constante de graças frivolas.¹⁶

Dessa forma, da noite para o dia, Maria José passou a ser assediada por repórteres e, não raramente via, sua imagem associada a tema de charges e colunas de opinião, nem sempre gentis ou respeitosas com sua história. Somente para repercutir o

¹² O Malho, 07 de setembro de 1918, “levantou forte celeuma ...”, Rio de Janeiro, sem indicação de página.

¹³ A Noite, 31 de agosto de 1918, Rio de Janeiro, p. 2.

¹⁴ Id. Ibid.

¹⁵ A Noite, 31 de agosto de 1918, Rio de Janeiro, p.4.

¹⁶ A Noite, 1º de setembro de 1918, “a moça do Itamaraty...”, Rio de Janeiro, capa.

episódio do requerimento que ela apresentou e do deferimento dado pelo Ministério do Exterior autorizando a sua participação no concurso, em um intervalo de 5 dias, esta pesquisa encontrou quase 20 reportagens que narravam o acontecimento. A maior parte delas nos jornais ou revistas do Rio de Janeiro, constatando que algumas delas eram reproduzidas em jornais no interior do país. Maria José não parece ter tido outra escolha senão acostumar-se em ver seu nome em meio a uma polêmica que ela não desejou.

Convocada para o concurso, as especulações continuaram. Nilo Peçanha apostava no potencial da candidata e já previa “o concurso vai ser assim sensacional”.¹⁷ No dia 12 de setembro de 1918 Maria José iniciou os seus exames com prova de português - uma redação sobre o estado de Minas Gerais, francês e datilografia. Na primeira prova obteve a nota 6 e na prova de francês não foi aferida nenhuma nota; na última foi aprovada com a nota 8. No dia seguinte, fez a prova de inglês e tirou nota máxima. Dois dias após realizou o exame de italiano, que, embora opcional, lhe rendeu oito pontos. No dia 16 de setembro, ela apresentou-se para as provas de história do Brasil e história geral - aprovada com a nota 09 - e de geografia geral e do Brasil - nota 10. No mesmo dia submeteu-se ao exame de direito e obteve a nota 7. No dia seguinte foi a vez das provas de álgebra e aritmética, sem indicação de nota e, no dia 19 de setembro, encerrou as provas com o exame de alemão, no qual foi avaliada com a nota máxima.¹⁸

As provas orais de línguas estrangeiras – inglês, francês, alemão e italiano – e de direito foram realizadas com a presença de uma atenta plateia, da qual fazia parte a feminista Leolinda Daltro. As notas das provas orais, curiosamente, não foram divulgadas, mas, segundo relatos jornalísticos, Maria José foi aplaudida com entusiasmo na saída do prédio. O Jornal *A Noite*¹⁹ noticiava que a candidata havia “assombrado” nos exames de línguas, em que deu “sobejas e admiráveis provas da sua competência”. O texto seguia dizendo que o público esperava mesmo era pela prova de direito, considerada a mais difícil e na qual ela mais uma vez brilhou: “sabia direito internacional para ensinar a muito a muito bacharel”²⁰. No dia seguinte, o *Correio da*

¹⁷ Essa era a previsão de Nilo Peçanha quando se surpreendeu com o alto potencial competitivo de Maria José: “Dizem que é instruída, sabe diversas línguas, é excelente dactilographa...” Jornal do Commercio, edição da tarde, 31 de agosto de 1918, Rio de Janeiro, p. 4-5.

¹⁸ FRIAÇA, Guilherme. Op. Cit.

¹⁹ A Noite, 25 de setembro de 1918, “o concurso do Itamaraty”., Rio de Janeiro, sem indicação de página.

²⁰ Id. Ibidem.

*Manhã*²¹, *A Época*²² e *A Razão*²³ também noticiaram o bom desempenho da candidata, destacando a grande afluência de público ao Palácio do Itamaraty a fim de acompanhar as provas orais. Ao final, foram aprovados três candidatos: Maria José de Castro Rebello Mendes, Joaquim de Souza Leão Filho e Jorge Latour, sendo ela classificada em primeiro lugar.

Se a inscrição para o concurso causou polêmica e a sua participação mereceu cobertura da imprensa e a presença de plateia, com a publicação do resultado do concurso não foi diferente, afinal, além de se aventurar em território hostil, ela ainda arrancou o primeiro lugar dos homens que com ela concorriam. O resultado final dava razão, de certo modo, às especulações com que o repórter de “Uma moça no Itamaraty” fechava sua matéria:

Os rapazes candidatos hão de ter muita pestana a queimar para se medirem, sem ruidoso desastre para o sexo, com uma moça que possui tantas linguas e assim penetra pelas searas dos bachareis. É curioso mesmo se afigurar a imagem dessa moça, tão desprenteciosa quanto instruída, pelos corredores severos do Itamaraty, ao lado de uns moços de casaco cinturado, tropeçando talvez na conjugação dos verbos irregulares francezes, suando nas equações de primeiro gráo, enquanto ella se vai dirigindo aos lentes em inglez e allemão, precisando épocas e nomes da historia, altitudes de montanhas e nascentes de rios, citando theorias completas de direitos internacional publico e pontos constitucionaes.²⁴

Apesar da aprovação, não havia garantia de automática e imediata contratação. Não é raro encontrar matérias nos jornais da época sobre irregularidades em nomeação para cargos públicos de pessoas não concursadas. No caso de Maria José de Castro Rebello, contudo, ela foi rapidamente nomeada terceiro oficial, por portaria publicada em 28 de setembro de 1918. No dia seguinte, sua incorporação ao Itamaraty era destacada no jornal *A Noite*.

Essa concorrente, que fez uma figura brilhante entre os seus collegas, foi, muito justamente, classificada em primeiro logar. Ella, portanto, devia ser a nomeada.

O senhor ministro das Relações Exteriores, depois da classificação da banca examinadora, levou as provas escriptas da candidata ao senhor Presidente da República, que leu todas ellas, achando por isso que foi muito bem feita a classificação. Á vista disso, hontem mesmo, á noite, o senhor Dr. Nilo Peçanha, ministro do Exterior, lavrou a portaria nomeando a concorrente para o cargo vago.²⁵

²¹ Correio da Manhã, 26 de setembro de 1918, “o concurso do Exterior”, Rio de Janeiro, sem indicação de página.

²² A Época, 26 de setembro de 1918, “as provas do exame no Itamaraty”, Rio de Janeiro, sem indicação de página.

²³ A Razão, 26 de setembro de 1918, “o concurso no Itamaraty”, Rio de Janeiro, sem indicação de página.

²⁴ A Noite, 1º de setembro de 1918, “a moça do Itamaraty”, Rio de Janeiro, capa.

²⁵ A Noite, 29 de setembro de 1918, “o concurso de terceiro official do Exterior”, Rio de Janeiro, p. 4.

Quem era afinal, aquela moça?

Maria José de Castro Rebello Mendes nasceu em Salvador no dia 20 de setembro. Há informações desencontradas sobre o ano de seu nascimento. Uma de suas filhas, Yolanda, esclarece que foi em 1891 e explica sua equação da seguinte forma. “Ela era um pouco mais velha que papai; meses. Ela era de setembro e ele de maio. Ele nasceu em 1892, então ela só pode ter nascido em 1891”²⁶. A confusão é alimentada porque na sua certidão de casamento consta 1893. Pondera Yolanda: “hoje em dia é muito comum, normal, mas naquele tempo não se gostava desse negócio da mulher ser mais velha que o homem”²⁷. Já em seus documentos profissionais, com grande frequência, o ano de 1890 é marcado no campo de ano de nascimento. Sua certidão de óbito infere 1892.

Era filha de Josephina de Castro Rebello Mendes, dona de casa, e de Raymundo Mendes Martins, advogado e fazendeiro de cacau na Bahia. Tinha outros quatro irmãos. Entre seus familiares era carinhosamente chamada de Marietta. Nota-se que em seu registro não recebera o último sobrenome paterno, Martins.

Em meados da década de 1910, o pai de Maria José morreu em circunstâncias não esclarecidas, quando estava a trabalho no Rio de Janeiro. “O que dizem é que foi assassinado na Floresta da Tijuca”²⁸, especula Yara. Na capital da Bahia, precocemente viúva e em dificuldades financeiras para prover o sustento de sua família, a mãe de Maria José abre uma pequena escola em sua própria residência, no bairro soteropolitano do Rio Vermelho, em sociedade com Mathilde Elisabeth Schroeder, “uma imigrante alemã ilustrada e distinta”²⁹.

Foi na escola de sua mãe, chamada de Colégio Alemão, que Maria José recebeu formação secundarista e aprendeu idiomas como inglês, francês, italiano e, especialmente, o alemão. Sua filha Yara observa que “naquele colégio, a cada dia, as aulas

²⁶ Entrevista com Yara Pinheiro de Vasconcellos Costa, Yolanda Pinheiro de Vasconcellos Gladulich e Guy Mendes Pinheiro de Vasconcellos, Rio de Janeiro, 29/9/2011. Os entrevistados são filhos de Maria José.

²⁷ Id. Ibid.

²⁸ Id. Ibid.

²⁹ A Noite, 1º de setembro de 1918, “a moça do Itamaraty”, Rio de Janeiro, capa. Seu nome aparece com pequenas variações em diferentes reportagens de sua época: Mathilthe Schröder; Mathilde Betschroëder; Mathilde Elisabeth Schoeder. Antes de ser sócia, ela foi preceptora dos filhos de Josephina, para os quais deu educação elementar.

aconteciam num idioma diferente”³⁰. Segundo os relatos de Maria José³¹, o colégio era muito bem frequentado e servia de esteio à sua família até que duas fatalidades o levaram a fechar as portas: a sócia e amiga Frau Schroeder faleceu e Josephina foi acometida de uma doença nos olhos que a impossibilitava de trabalhar.

Nessas circunstâncias, Maria José se viu diante de responsabilidades consideradas, naquele período, pouco comuns a jovens como ela e teve que assumir o posto de provedora de sua família. Segundo Josephina³², Marietta até tentou manter a escola aberta, dirigindo e exercendo funções de magistério e na Bahia eles permaneceram “enquanto ela pudessem dirigir o collegio”³³. Entretanto, os ganhos com o colégio diminuíram e não permitiam garantir o sustento da família.

Assim, com pouco mais de vinte anos, Maria José se despede da Bahia e sai em busca de novos caminhos, chegando ao Rio de Janeiro. Era o ano de 1916. Desembarcando na capital da República foi acolhida por seu tio, Dr. José Castro Rebello, então diretor do Departamento da Ilha das Flores e nome muito “acatado na sociedade”.³⁴ Abrigar parentes pobres e mulheres desprotegidas era comum naquele período, incorporando pessoas ligadas por laços de parentesco, trabalho e amizade; desta maneira, parece natural que naquele momento difícil de sua vida, no que diz respeito à situação econômica, fosse mantida a supremacia do sentimento de família (Bernardes: 2007, p. 44.).

Segundo as memórias de Yolanda, sua mãe teria vindo sozinha para o Rio, e logo em seguida o resto da família teria se juntado a ela. Foram dois meses vivendo na casa deste tio até se mudar com os seus para uma casa muito simples, no bairro do Botafogo. Segundo Yolanda, sua avó Josephina lhe contava que era uma casa muito pobre, de um cômodo só, com divisórias feitas de cortinas. O jornal *A Noite* sublinha a simplicidade do cenário ao descrever a chegada de sua equipe à residência de Maria José: “transpuzemos o pequeno portão de ferro, em quatro passos, vencemos o jardimzinho em abandono, onde não havia o esmalte de uma flôr, e penetramos na sala desguarnecida e quieta”.³⁵

³⁰ Entrevista com Yara Pinheiro de Vasconcellos Costa, Yolanda Pinheiro de Vasconcellos Gladulich e Guy Mendes Pinheiro de Vasconcellos, Rio de Janeiro, 29/9/2011.

³¹ *A Noite*, 1º de setembro de 1918, “a moça do Itamaraty”, Rio de Janeiro, capa.

³² *Id. Ibid.*

³³ *Id. Ibid.*

³⁴ *A Revista Feminina*, outubro de 1918, “a grande victoria feminina”, São Paulo, ano V, n. 53, p. 26-28.

³⁵ *A Noite*, 1º de setembro de 1918, “a moça do Itamaraty”, Rio de Janeiro, capa.

A *Revista Feminina* comemora e capitaliza para as lutas feministas a determinação e coragem de Maria José e comemora:

ella não quis valer-se dos offerecimentos dos seus, tornando-se hospede de qualquer delles. E, dando um lindo exemplo do que vale a coragem da mulher brasileira, d. Marietta, que é uma moça de vinte e poucos annos, assumiu valentemente a missão que o destino lhe confiara.³⁶

Naquele período, uma mulher de classe alta ficava em casa, onde recebia aulas particulares de francês e piano e se preocupava com a moda e com a aparência, preparando-se para um bom casamento. Apesar do embaraço social, Maria José não titubeou em se contrapor à imagem de mulher carente de pai ou marido que guiassem seus passos e abonassem sua existência. Para além de lutar por conquistas feministas ou exercer papel de heroína, para Maria José o que de fato estava em jogo era algo tão simples quanto árduo, garantir o sustento de sua família.³⁷

Em entrevista ao jornal *A Noite*, ela relata o constrangimento que lhe supunham as atividades a que tinha que se dedicar: “envergonho-me de pensar que todo mundo já há de me conhecer das ruas; que percorro de manhã à noite, dando lições a alumnas que moram nos mais desencontrados pontos”³⁸. É muito provável que grande parte do constrangimento de Maria José em trabalhar como professora de casa em casa esteja relacionado ao fato de ter que circular sozinha pelas ruas, o que, embora já não fosse tão incomum, não era bem visto pela moral vigente.

Certa vez, enquanto respondia as inúmeras indagações da imprensa em torno da polêmica de seu requerimento para concorrer ao concurso público, Maria José ouviu a seguinte provocação: “E não lhe sorri a idéa do casamento?”³⁹. Conta o jornal que ela se recolheu “em contração triste. Foi quando interveiu sua mãe: A Marietta teve um noivo. Mas, elle adoeceu ... Foi depois para Minas, e lá morreu”⁴⁰. Não se sabe se tal noivo de fato existiu, mas é possível que a resposta incisiva de Josephina respondesse ao que os padrões de

³⁶ A *Revista Feminina*, outubro de 1918, “a grande victoria feminina”, São Paulo, ano V, n. 53, p. 26-28.

³⁷ Não se sabe ao certo quantos e quem, de fato, dependiam de Maria José a partir daquele momento. Algumas reportagens relatam que ela se responsabilizou pelo sustento de uma família de cinco pessoas. Seus filhos Yara, Yolanda e Guy acreditam que ela cuidava de sua mãe e de uma de suas irmãs, Stella, que tinha deficiência mental. Um de seus irmãos, que possivelmente trabalhava como médico ou advogado, nessa ocasião, já não morava mais com eles; outra filha, Adelaide (chamada pelos filhos de Maria José como tia Dadinha), também veio morar no Rio, mas não se confirmou se ela entraria nessa conta de dependentes de Maria José, pois não se sabe se ela veio na ocasião da mudança da família ou, segundo Guy, em entrevista, em outra circunstância, por ter se casado com “o médico da saúde pública, Eduardo Leal Ferreira, que também era baiano”.

³⁸ *A Noite*, 1º de setembro de 1918, “a moça do Itamaraty”, Rio de Janeiro, capa.

³⁹ *A Noite*, 1º de setembro de 1918, “a moça do Itamaraty”, Rio de Janeiro, capa.

⁴⁰ Id. Ibid.

comportamento ditavam, pois uma moça da idade de sua filha deveria estar casada, ou pelo menos preocupada com isso. Afinal, como se sabe, ser mulher naquele período significava identificar-se com a maternidade, a esfera privada do lar e sonhar com um “bom partido” que lhe garantisse uma vida segura e sem esforços físico e mental.

A história de Maria José mostra que ela seguiu sua vida em busca de oportunidades que garantissem alguma profissionalização, assim ela aumentou o número de alunos para ter um ganho extra que fosse suficiente para pagar curso na Academia do Comércio, onde aprenderia datilografia e estenografia, uma das atividades consideradas adequadas para mulheres. Foi nessa época, quando já estava no segundo ano da Academia, que foi orientada por familiares a se inscrever para o referido concurso de Terceiro Oficial da Secretaria de Estado do Ministério do Exterior.

Em outra situação de assédio da imprensa, dessa vez diante da visita da equipe de *A Revista Feminina*, Josephina perguntou:

Mas porque uma entrevista? A Marietta tem a seu cargo a família, e para mantel-a da aulas particulares. Viu o edital do concurso; pareceu-lhe que o lugar fosse bom, resolveu inscrever-se ... eis ahi tudo. Mas ja nos temos arrependido; pelo ruido que se tem feito ao redor de um acto perfeitamente natural, e que demonstra a bôa vontade da minha filha.⁴¹

Sobre a descrição de Josephina, Yolanda conta que a avó não fazia nenhuma referência à filha se vangloriando dela ser diplomata ou pioneira: “Nunca ouvimos isso em casa. Nós não tínhamos nem ideia dessa importância”.⁴² Olhando retrospectivamente o fato, parece ingênua a opinião de Josephina ao considerar que aquela história seria preservada e vista como um simples ato individual, de foro particular, pois, naquele contexto do final da década de 1910, a iniciativa de Maria José servia como combustível para as férteis querelas relacionadas à luta por igualdades já estabelecidas mundo afora.

O feminismo e tudo aquilo que a ele se associava, como o debate sobre o sufrágio universal, disputava espaço nos noticiários dos principais jornais com outras grandiosas pautas como o final da Primeira Guerra Mundial ou a carestia que a própria Guerra provocava, por exemplo. Quando do deferimento da inscrição de Maria José de Castro Rebello Mendes no concurso, o despacho favorável do Ministro das Relações Exteriores, Nilo Peçanha, era apresentado como uma prova de respeito à lei e uma

⁴¹ A Revista Feminina, outubro de 1918, “a grande victoria feminina”, São Paulo, ano V, n. 53, p. 26-28.

⁴² Entrevista com Yara Pinheiro de Vasconcellos Costa, Yolanda Pinheiro de Vasconcellos Gladulich e Guy Mendes Pinheiro de Vasconcellos, Rio de Janeiro, 29/9/2011.

demonstração de cavalheirismo. Ademais, deixava vislumbrar a forma como a “condição feminina” era encarada:

Não há uma omissão nem um excesso. Esse despacho constitui, em verdade, um modelo de cortezia, de urbanidade, de polidez em que as flôres da galanteria formam com elegância, com graça, com arte, mas com discrição, o mais delicado problema do século ...⁴³

O jornal O Imparcial de certa forma antecipava a importância que as questões relacionadas à condição da mulher ganhariam no decorrer do século XX e avançava idéias que foram posteriormente corroboradas por historiadores como Hobsbawm (1995), quem considera que a revolução que, realmente, vingou, no século XX, foi a feminista. Em sua análise, ele avalia o rompimento das mulheres com a esfera doméstica e a sua definitiva profissionalização nos diversificados campos do mundo do trabalho e o seu destaque na vida pública, o acesso à educação a transformação das convenções de comportamento pessoal e social dando às elas o direito de ir e vir livremente em público. Destaca, assim, a profunda revolução moral e cultural que provocou mudanças definitivas na família tradicional⁴⁴.

Bibliografia:

BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão: a invisibilidade feminina da política*. Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2007

CASTRO, F. *Dois Séculos de História da Organização do Itamaraty (1808-2008)*- Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Volume 1.

FRIAÇA, Guilherme. *Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma análise de trajetórias, vitórias e desafios*. Tese do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Novembro de 2012.

HOBBSAWM, E. Era dos Extremos - *O Breve Século XX - 1914-1991*, SP: Cia das Letras, 1995.

Periódicos:

A Época, 1918, Rio de Janeiro.

A Noite, 1918, Rio de Janeiro.

A Noite, 1918, 1922, Rio de Janeiro.

A Ordem, 1922, Cachoeira/BA.

A Razão, 1918, Rio de Janeiro.

⁴³ O Imparcial, 07 de julho de 1918, “As Victorias do Feminismo”, Rio de Janeiro, sem indicação de página. Grifo dos Autores.

⁴⁴ Hobsbawm, E. Era dos Extremos – O breve século XX – 1914-1991, SP: Cia das Letras, 1995, pp.304-3013.

A Revista Feminina, 1918, São Paulo, ano V, n. 53.
Correio da Manhã, 1918, Rio de Janeiro.
Diário da Bahia, 1922, Salvador/BA.
Diário da Tarde, 1918, Curitiba, PR.
Jornal do Commercio, 1918, 1922, Rio de Janeiro.
O Imparcial, 1918, 1922, Rio de Janeiro.
O Malho, 1918, Rio de Janeiro.
Revista da Semana, 1918, Rio de Janeiro.

Fontes Impressas:

Maço pessoal de Maria José Mendes Pinheiro de Vasconcellos. Arquivo do Itamaraty. Brasília.

Depoimentos orais:

Entrevista com Yara Pinheiro de Vasconcellos Costa, Yolanda Pinheiro de Vasconcellos Gladulich e Guy Mendes Pinheiro de Vasconcellos, Rio de Janeiro, 29/9/2011.

Title: Tensions and challenges of women in consecrated male spaces

Abstract: This paper aims to discuss the controversy generated by the enrollment of a woman's application for a place in a public tender held by the Ministry of Foreign Affairs in 1918. The reason for this controversy was because the Foreign Ministry was known to be a strictly male environment, and for the first time in the country's history a woman was allowed to plead for such an undertaking.

This fact which had mobilized the press at the time and occupied the agenda of some important men in the Capital of the Republic, had revolved around the danger posed by this unexpected precedent because it signaled changes regarding the codes that ruled the moral at the time. The woman involved in this situation, Maria José Rebelo de Castro, who through this public tender became the first Brazilian diplomat, found herself besieged by journalists and feminists asking her what were the actual goals for this plead. In retrospect, this fact acquires new meanings, as it reveals how deep were the changes and disruptions that have occurred in society during the twentieth century under the impact of historical pressures of feminism.

Keywords: Gender relations in the Foreign Ministry; private and public; citizenship.